

Projeto: Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – PROADAPTA

PN: 15.9060.3-001.00

Termos de Referência

Consultoria local para acompanhamento de medidas de adaptação baseada em ecossistemas (AbE) e soluções verdes – Salvador, BA

1. Contexto

Impactos da mudança do clima já são observados na atualidade. De acordo com o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), já se têm registro da intensificação e do aumento da frequência de eventos extremos no Brasil nos últimos anos. Em algumas regiões do país, precipitações violentas provocaram deslizamentos, enchentes e inundações. Em outras, períodos de seca extrema comprometeram o abastecimento de água, a produção agrícola e a geração de energia. Nas regiões costeiras, o aumento do nível do mar associado às tempestades e ventos fortes causaram danos às infraestruturas e prejuízos socioeconômicos em diversos municípios. Em resumo, os efeitos adversos da mudança do clima impactam os sistemas naturais, humanos, produtivos e de infraestrutura.

Paralelamente, além dos riscos climáticos, os municípios têm enfrentado as consequências do rápido processo de urbanização ocorrido no país nos últimos 50 anos. Com esse processo, novos desafios foram postos aos gestores públicos locais e tomadores de decisão como, por exemplo, conciliar o desenvolvimento e a expansão das cidades com a conservação ambiental para redução da vulnerabilidade e da exposição da população aos efeitos da mudança do clima.

Visando subsidiar os diferentes níveis de governo no acesso a metodologias e informações adequadas para a realização de análises de vulnerabilidade, a gestão do risco e a elaboração de medidas de adaptação, o governo federal desenvolveu o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA, 2016), instrumento que visa a redução do risco climático do país e implementação da Agenda Nacional de Adaptação.

Nesse contexto, foi desenvolvido, no âmbito da Cooperação Técnica entre o Brasil e a Alemanha, o projeto “Apoio ao Brasil na implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (ProAdapta)”, que visa contribuir para o aumento da resiliência climática do Brasil por meio da implementação efetiva da Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. Deste modo, por um lado o Ministério do Meio Ambiente é fortalecido em sua função de coordenação. Por outro lado, nos setores, estados e municípios selecionados são desenvolvidas capacidades para que políticas públicas, métodos e instrumentos para a transversalização (*mainstreaming*) da adaptação à mudança do clima, bem como medidas replicáveis de adaptação, possam ser implementadas. Paralelamente o projeto promove, por meio de medidas de sensibilização, a adaptação do setor privado e da sociedade civil à mudança do clima. Finalmente, as lições aprendidas do projeto são disseminadas tanto em nível nacional como internacional.

O projeto ProAdapta foi objeto de um Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Alemanha, que resultou em uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente do Brasil (MMA) e o Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU). A agência implementadora do projeto é a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

No âmbito desta iniciativa, o ProAdapta visa fornecer apoio técnico aos parceiros selecionados, em temas relacionados aos objetivos listados acima, por meio de atividades, tais como: assessoria técnica, consultorias especializadas, estudos, realização/apoio/participação em eventos, capacitações, intercâmbio de experiências, comunicação e sensibilização, entre outros.

Em relação à sua abordagem junto aos Estados e Municípios, o ProAdapta possui como objetivo apoiar a consideração dos riscos climáticos nas políticas e estratégias locais e a implementação de medidas de adaptação inovadoras. Dentro deste escopo, as seguintes atividades poderão ser apoiadas pelo projeto, conforme a demanda:

1. Levantamento dos processos e procedimentos administrativos no setor público, relevantes para a adaptação, com vista para a necessidade de avaliações do risco climático;
2. Elaboração de análises de impacto e vulnerabilidade, de acordo com a demanda, como base para a identificação das necessidades de adaptação;
3. Realização de análises (econômicas) dos riscos (danos e prejuízos abruptos e gradativos) da mudança do clima, bem como do custo/benefício da adaptação;

4. Realização de análise dos pontos de entrada para a adaptação, p. ex. nas políticas, planos e programas de incentivos existentes; apoio à consideração dos riscos climáticos /medidas de adaptação nos respectivos processos; utilização de medidas de Adaptação Baseada em Ecossistema (AbE).
5. Apoio à inserção da adaptação em planos, estratégias e políticas, conforme demanda e por meio de contribuições de especialistas;
6. Realização de medidas piloto de gestão de riscos climáticos nos processos de planejamento em nível estadual e municipal;
7. Articulação, apoio e sistematização de medidas de adaptação piloto inovadoras e replicáveis; e
8. Eventos para troca de experiências.

2. Contexto

O clima urbano e seus elementos, tais como temperatura, umidade, radiação e vento, são diretamente influenciados pela urbanização e configura microclimas peculiares às cidades. Esse microclima é o resultado do conjunto de transformações geradas pela construção de infraestruturas, e também pela supressão da vegetação, que contribuem para o aumento da temperatura, para a formação de ilhas de calor, característica universal do clima urbano, e para ocorrência de inversão térmica. Todos esses fatores estabelecem influências recíprocas com os fenômenos relacionados às mudanças do clima que ocorrem em escala global. O microclima urbano e as alterações verificadas em seu ambiente térmico têm forte impacto na saúde das populações urbanas, cujo percentual é de 76% no Brasil, conforme dados do IBGE de 2017. Do ponto de vista da saúde humana, importantes impactos têm sido verificados na regulação circulatória e térmica do organismo, ocorrendo até mesmo casos de óbito. Do ponto de vista dos ecossistemas, os impactos climáticos envolvem um conjunto de processos ecossistêmicos provedores de serviços ambientais necessários à qualidade de vida nas cidades.

Com mais de 2,9 milhões de habitantes, Salvador, capital do estado da Bahia, é o município mais populoso do Nordeste e o terceiro do Brasil. Segundo o estudo do IBGE "População em Áreas de Risco no Brasil" de 2018, Salvador apresenta o maior contingente de população em áreas de risco, tanto na Região Nordeste quanto no Brasil, correspondendo a 1 217 527 habitantes (45,5% da população total do município) (IBGE 2018). Ao mesmo tempo, Salvador é altamente vulnerável aos impactos da mudança do clima, em especial ao aumento do nível do mar e eventos como fortes chuvas, tempestades, inundações e deslizamentos. Essas são hoje algumas das principais causas de danos e perdas, de acordo com o estudo "Impacto, Vulnerabilidade e Adaptação das cidades costeiras brasileiras às mudanças do clima" (PBMC 2016), do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC),

A Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), em particular a Diretoria de Resiliência Municipal da Secretaria de Sustentabilidade e Resiliência (SECIS), dedica-se a lidar com a questão dos riscos climáticos, adaptação e resiliência. A Diretoria Geral de Defesa Civil de Salvador (CODESAL), também vinculada à SECIS, desempenha um papel importante na redução e preparação para as vulnerabilidades e riscos climáticos atuais. Salvador também é membro da Rede de Cidades Resilientes, antigo programa “100 Cidades Resilientes”, apoiado pela Fundação Rockefeller, que apoia a construção e implementação a Estratégia de Resiliência do Município. O foco dessa Estratégia é promover o desenvolvimento sustentável para reduzir a desigualdade social em Salvador – considerada causa de altos níveis de estresse na Cidade. A Estratégia encontra-se na fase 3 do projeto, que consiste na implementação de iniciativas da Estratégia. Ademais, em dezembro de 2020, o Município lançou o Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima (PMAMC). As duas iniciativas são sinérgicas e apresentam atividades complementares. Além disso, está em curso no município o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento e Gestão de Resíduos Sólidos. Existe um esforço do Município no sentido de promover estudos capazes de servir como base para políticas públicas eficazes no que se refere ao desenvolvimento sustentável, mudança do clima e resiliência.

No processo de desenvolvimento de capacidades municipais para lidar com os riscos climáticos, já existe consciência de que a mudança do clima pode afetar as provisões de água e da energia, a infraestrutura e o transporte, os sistemas de drenagem, a saúde humana, e a distribuição de alimentos. Dessa forma, se faz necessário que as soluções para lidar com a mudança do clima sejam desenvolvidas conjuntamente com a infraestrutura urbana.

Já tendo sido mapeadas as áreas de risco de Salvador, que estão espalhadas por grande parte da maioria dos bairros do município, e sabendo que essas áreas são habitadas pela população mais vulnerável aos riscos climáticos prevalentes nelas, torna-se necessário identificar quais são os elementos da infraestrutura urbana, incluindo a infraestrutura verde, necessários para lidar com os riscos advindos da mudança do clima nas comunidades mais vulneráveis. Dessa forma, pode-se garantir o melhor uso de instrumentos e tecnologias emergentes para tornar a utilização das infraestruturas mais eficientes e adaptadas para lidar com a mudança do clima.

Além disso, foi identificado e destacado o grande papel que o setor empresarial tem na viabilização e transversalização de abordagens ambiental- e climaticamente mais sustentáveis e menos poluidoras. Dentro desse setor e devido à sua relevância econômica, a indústria da construção civil é de suma importância.

A partir da parceria da Prefeitura com o projeto ProAdapta, já foram elaboradas análises prévias identificando os elementos e a viabilidade de algumas medidas / abordagens concretas

de infraestrutura urbana e verde/AbE para lidar com os riscos advindos da mudança do clima. Os produtos desse diagnóstico delimitaram quais são as áreas prioritárias passíveis de revisão do atual modelo de planejamento urbano e da gestão urbana, que permitirão obras e intervenções públicas que envolvam cada vez mais infraestrutura verde e AbE, incluindo a definição de áreas para implantar medidas piloto.

Após um planejamento de atividades entre o projeto ProAdapta e a nova liderança da SECIS, que foi nomeada devido às eleições locais ocorridas em novembro de 2020, as atividades dentro da linha "AbE e Soluções Verdes" definidas foram as seguintes: (1) Acompanhamento piloto do trabalho dos educadores ambientais no âmbito do trabalho dos NUPDECs, Nupdec Mirim, do PDCE e de Cultura Cidadã e Educação Ambiental; (2) Aproximação ao setor de construção civil: Lançamento do Caderno "Introdução às soluções verdes e baseada em ecossistemas nas edificações" e preparação/condução de eventos (um ou dois, se for presencial ou híbrido) para aprofundamento e reflexão sobre os temas do manual com profissionais da área; e (3) Apoio para a elaboração de instrumento legal municipal (lei ou decreto) que determine a utilização de AbE nas obras da cidade.

3. Objetivos

Objetivo Geral:

O objetivo geral do presente TdR é acompanhar a Prefeitura Municipal de Salvador na implementação de um pacote de medidas no âmbito de adaptação baseada em ecossistemas (AbE) e de soluções verdes.

Objetivos específicos:

1. Acompanhamento piloto do trabalho dos educadores ambientais no âmbito do trabalho dos NUPDECs, Nupdec Mirim, do PDCE e de Cultura Cidadã e Educação Ambiental: Análise e revisão do material didático utilizado para a realização das oficinas e acompanhamento em duas aulas práticas de cada.

Justificativa: Existe uma lacuna para se trabalhar a conscientização e sensibilização das pessoas para entender as questões da crise climática e suas opções de soluções baseadas em ecossistemas. Em virtude disso, o objetivo específico 1 está relacionado às necessidades educacionais sobre o tema mudanças climáticas e AbE em escolas e comunidades de Salvador, bem como dentro da própria prefeitura, e também deve incluir tal contribuição temática para a formação dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (Nupdecs) e o Programa de Defesa Civil nas Escolas (PDCE). Apesar de diversos órgãos públicos terem em suas agendas contato direto com as comunidades e

por isso são identificados como potenciais difusores do assunto, existe uma dificuldade interna de deslocar mais equipe para atender a essa necessidade específica. Diante disso, trata-se como solução transversal a criação de um grupo de educadores ambientais que pudessem suprir a essa demanda aos diversos projetos e processos, sem desfalcar a equipe da PMS, e que será responsável pelo repasse à população dos riscos associados à mudança do clima, da adaptação às mudanças do clima e das aplicações de medidas AbE para aumentar ainda mais a capacidade adaptativa do município e reduzir sua vulnerabilidade. Uma vez que em 2020 foi contratado um formador para a capacitação online do grupo, cuja tarefa foi preparar e ensinar o conteúdo do curso, faz parte deste objetivo específico 1 a Consultora acompanhar o trabalho dos educadores ambientais no âmbito do trabalho dos NUPDECs, Nupdec Mirim, do PDCE e do Programa de Cultura Cidadã e Educação Ambiental, incluindo análise e revisão do material didático utilizado para a realização das oficinas e acompanhamento em duas aulas práticas de cada.

2. Aproximação ao setor de construção civil: Lançamento do Caderno "Introdução às soluções verdes e baseada em ecossistemas nas edificações" e preparação/condução de eventos (um ou dois, se for presencial) para aprofundamento e reflexão sobre os temas do manual com profissionais da área.

Justificativa: O setor da construção civil é um dos grandes responsáveis pela geração de resíduos e produção de gases que contribuem com o efeito estufa. Segundo dados do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável, o ramo da construção civil é responsável, no mundo, por 30% da geração de resíduo sólido, 20% do consumo de água e 35% de toda a energia produzida. Isso mostra que esse setor contribui hoje significativamente para o aquecimento global e suas conseqüentes mudanças do clima. Apesar disso, como foi mostrado no caderno "Introdução às soluções verdes e baseada em ecossistemas nas edificações", que foi produzido em 2020, esse setor tem também um enorme potencial de contribuir com soluções tanto de mitigação quanto de adaptação. Por isso, é muito importante que esse tema seja trabalhado de forma conjunta com os diversos atores desse ramo. Assim sendo, esse objetivo específico 3 trata da organização para o lançamento do caderno e posteriormente, como ação complementar, deverão ser realizados um ou dois eventos para aprofundamento e reflexão sobre os temas do manual com profissionais da área. A intenção para esses eventos é que eles aconteçam de forma presencial, mas isso está condicionado às determinações locais de saúde e prevenção ao combate da pandemia que atinge o mundo todo desde o primeiro semestre do ano passado. Para os eventos a serem potencialmente planejados, em cooperação e acordo com a SECIS, pode fazer sentido considerar "opções híbridas", ou seja, organizar uma

opção de participação virtual para aquele que não puderem participar de um evento presencial (por exemplo, através de um provedor de serviços que transmite o evento em paralelo no YouTube ou no canal Instagram da SECIS).

3. Apoio à preparação e condução de um estudo para a elaboração de instrumento legal municipal (lei ou decreto) que determine a utilização de AbE nas obras municipais: Assessoria da equipe do projeto e da SECIS para contratação de consultoria especializada para a revisão do arcabouço legal municipal (IPTU verde e demais leis) e criação do novo instrumento.

Justificativa: Diversas ações e iniciativas no âmbito de AbE e soluções verdes estão contempladas em planos e projetos futuros para a capital baiana. Isso fica bastante claro tanto nos planos de longo prazo, como a estratégia de resiliência e o recém lançado, Plano de Mitigação e Adaptação a Mudança do Clima (PMAMC) de Salvador, como também no plano de governo do prefeito, Bruno Reis. Entretanto, a revisão do arcabouço legal é fundamental para que esse desenvolvimento sustentável seja efetivo no município. A cidade já conta com alguns instrumentos, como o IPTU Verde, por exemplo, que incentivam o mercado para que os projetos e obras sejam conduzidos de forma mais sustentável. Por isso, é necessário que seja feita uma análise e revisão do conteúdo já existente. É importante, porém, que seja criado também um novo instrumento que obrigue as obras públicas a adotarem soluções de AbE. Isso posto, caberá a consultora nesse objetivo 3 assessorar a equipe do projeto do ProAdapta e da SECIS e contribuir com consultoria técnica na contratação de uma consultoria capacitada em elaboração de legislação para políticas públicas, especialmente legislação para municípios e/ou legislação na temática de desenvolvimento sustentável e mudança do clima, para a realização das revisões e criação do novo instrumento. Os produtos a serem realizados por essa consultoria deverão ser feitos de forma participativa, considerando os diversos atores do setor em questão.

4. Elaboração de projeto conceitual para implantar experiência piloto de telhado verde e apoio ao desenvolvimento de uma estrutura e/ou rede de profissionais e especialistas no âmbito de áreas verdes urbanas, arquitetura e engenharia para promover a implantação do uso dos telhados verdes ou outras medidas de AbE.

Justificativa: Analisando as demandas por medidas de AbE, observou-se que uma das consequências da crise climática menos abordada nos projetos em Salvador é o desconforto térmico causado pelo excesso de calor. Diante disso, surgiu a necessidade de identificar uma solução que buscasse trabalhar essa questão com aplicação na prática. A cidade de Salvador é constituída por inúmeras comunidades com poucas áreas livres, poucos espaços passíveis de receber uma árvore ou outras soluções que pudessem contribuir para a redução das ilhas de calor. Assim sendo, as coberturas das

edificações são potenciais espaços para este fim. A implantação de telhados verdes não é novidade no campo construtivo. Porém, o modelo convencional é difícil de ser implementado em comunidades vulneráveis. Isso porque um telhado verde convencional precisa ser composto por uma camada drenante (normalmente feito com pedras), seguido por camadas de terra e substrato para que então as plantas possam se desenvolver. Além de ser um tanto onerosa, essa solução tem carga elevada por metro quadrado, demandando, portanto, que a estrutura da edificação tenha capacidade de suporte. Diante da realidade construtiva das comunidades vulneráveis, conhecidas pela precariedade das edificações e frequentemente com estruturas não planejadas, essa solução parecia pouco viável. No entanto, uma técnica criada no Rio de Janeiro pode tornar possível levar o conceito de cobertura vegetal para o telhado dessas edificações. Desenvolvido pelo Biólogo Bruno Rezende e aplicada e mantida por Luis Cassiano, a técnica inova com a implantação de telhados verdes ao utilizar plantas que não precisam de terra para se fixar ou se desenvolver e requer baixa manutenção. Segundo seus criadores, o sistema pode ser aplicado sobre qualquer tipo de telha, sem a necessidade de reforço estrutural, por ser extremamente leve. O principal exemplar implantado está localizado na comunidade do Arará, na capital fluminense, na residência do Luis Cassiano, que é também quem cuida do “jardim alto”. A solução, que consiste na utilização de camadas de Bidim, lona e mudas de plantas adaptadas a situações extremas, promete melhorar o conforto técnico no interior das residências. O mantenedor desta solução informou, em entrevista, que efetuou medições térmicas e constatou diferença de 15 graus Célsius entre a área coberta com a solução verde e outra vizinha, sem a citada cobertura. No entanto, a solução apresentada, apesar de parecer bastante promissora, ainda não apresenta muitos exemplos implantados e possui pouco respaldo técnico para a sua implementação em larga escala.

Assim sendo, como objetivo específico 2, deve ser elaborado pela Consultora um projeto conceitual para implantação de telhados verdes com características de experiência piloto, para promover a criação de conhecimento e a troca de experiência a partir dessa solução. Isso inclui a elaboração de uma lista de lugares onde a implantação de telhados verdes possa ser feita como experiência piloto e o modelo proposto para a instalação (se será uma única edificação ou diversas pequenas, sobre qual tipo de cobertura, etc.). Para a definição do local deverão ser analisados critérios como viabilidade técnica, visibilidade, segurança, impacto, manutenção/ sustentabilidade, interesse, financiamento, co-benefícios, etc., resultando em propostas concretas, que contribuirão para a ampliação da iniciativa telhado verde a médio prazo.

É importante incluir no desenvolvimento do trabalho, uma estrutura e/ou rede de profissionais e especialistas no âmbito de áreas verdes urbanas, arquitetura e/ou

engenharia em Salvador que possam contribuir com o aprendizado, auxiliar na validação de lugares onde a implantação de telhados verdes possa ser feita, e apoiar a iniciativa no futuro. Como passo final, deve ser acompanhado um processo de comunicação de planejamento de consulta pública sobre a minuta de “ Projeto de Lei que institui a Política Municipal de Mudanças do Clima do Município de Salvador” como medida de mitigação e adaptação à mudança do clima e desenvolvimento economizador de recursos energéticos, com quatro grupos específicos: setor empresarial, sociedade civil, setor acadêmico, e Painel Salvador de Mudança do Clima.

4. Produtos e Prazos

O contrato terá duração entre o período de **20/04/2021 a 2125/0249/20224**, sendo previstos até 752 dias de trabalho. O prazo de entrega do produto final está previsto para o dia **2120/0109/20224**. Qualquer alteração de produtos e prazos deverá ser acordada entre as partes.

Descrição do Produto	Prazo de Entrega	Formato / Especificações
<p>Produto 1: Programação das atividades a serem desenvolvidas para alcance dos objetivos do presente TdR.</p> <p><i>*A programação das atividades deve ser apresentada, discutida e aprovada em uma reunião com a SECIS, a CODESAL e a GIZ, incluindo definição de demanda de apoio pela Consultora na implementação das atividades.</i></p>	<p>Até o dia: 26/04/2021 Pago</p> <p>Dias de trabalho, análise e validação: 05</p>	Documento em formato WORD, POWERPOINT
<p>Produto 2: Relatório sobre a frente de capacitação</p> <p><i>*O produto 2 deve ser apresentado, discutido e aprovado em uma reunião com a SECIS, a GIZ, e com as demais partes pertinentes.</i></p>	<p>Até o dia: 04/06/2021 Pago</p> <p>Dias de trabalho, análise e validação: 22</p>	Documento em formato WORD, POWERPOINT
<p>Produto 3: Relatório com projeto conceitual sobre a frente de telhado verde</p>	<p>Até o dia: 2705/1008/2021 Pago</p> <p>Dias de trabalho, análise e validação: 20</p>	Documento em formato WORD

<p>Produto 4: Apresentação e entrega do relatório Final de avaliação das atividades, baseadas nas atividades desenvolvidas para o alcance dos 4 objetivos propostos bem como seus resultados e encaminhamentos, sugestões ou recomendações para os passos a serem tomados a seguir e repasse de experiências durante o processo deste TdR.</p>	<p>Até o dia: 21/09/2024</p> <p>Dias de trabalho, análise e validação: 28</p>	<p>Documento em formato WORD, POWERPOINT</p>
---	---	--

5. Apresentação dos Produtos

Os produtos deverão ser apresentados em conteúdo e linguagem compatíveis com a sua destinação, devidamente digitalizados e formatados, e obedecendo aos critérios definidos em reunião de alinhamento. Os produtos deverão ser entregues em versão preliminar para avaliação da GIZ e SECIS que terão prazo de análise e validação conforme demonstrado na tabela acima. (5 (cinco) dias para se manifestarem). Após a manifestação, a (o) contratada (o) deverá apresentar a versão final, onde deverão ser atendidas as recomendações que venham a ser solicitadas para o aprimoramento do produto.

A versão final dos produtos deverá ser entregue em meio digital, em formatos .doc e .pdf, compatíveis para impressão colorida em impressora laser, com os textos em formato A4 e fonte Arial tamanho 11. Todas as fontes de consulta, gráficos, imagens ou fotografias deverão ser citadas na bibliografia, que deverá seguir as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Os quadros, se houver, deverão especificar as fontes dos dados apresentados.

6. Requisitos de qualificação

- I. **Formação Acadêmica:** Os trabalhos devem ser realizados por profissional com experiência em gestão e resiliência urbana e planejamento arquitetônico, com enfoque em desenvolvimento sustentável e desenvolvimento e gestão de projetos visando a modernização e inovação da gestão pública, no cenário de infraestrutura verde e arquitetura sustentável.
- II. **Experiência Profissional:** O(A) Consultor(a) deve ter ao menos 8 anos de experiência comprovada na área de atuação. Exige-se também experiência e atuação prévia junto a órgãos do governo estadual, como a Prefeitura de Salvador, a Secretaria Municipal de Gestão, a Secretaria Municipal de Inovação e Sustentabilidade, e a Secretaria de Infraestrutura, para produção de documentos técnicos e subsídios para políticas públicas

das temáticas de mudança do clima e adaptação baseada em ecossistemas, análise de diretrizes, estratégias, esboços de projetos arquitetônicos, e outras informações que sejam pertinentes; produção de relatórios técnicos.

- III. Qualificações desejáveis:** experiência com instituições ou projetos do tema de gestão urbana, mudanças climáticas ou desenvolvimento e gestão de projetos em inovação da gestão pública; boa capacidade de realização de pesquisas, análise e apresentação de dados; responsabilidade no cumprimento de metas e compromissos; fluência oral e escrita em inglês.

7. Viagem

Não estão previstas viagens para esta contratação.

8. Pagamento

A aprovação final dos serviços / produtos e autorização para pagamento estará a cargo da Diretora do Projeto ProAdapta / GIZ.

9. Considerações finais

a) Direitos autorais

Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto desse contrato terão os direitos autorais revertidos para a GIZ. A reprodução total ou parcial requer expressa autorização, reconhecendo-se a propriedade intelectual. Serão dados os devidos créditos de autoria de mapas, fotos, filmes e demais registros que venham a ser usado para fornecer informações sobre o estudo, a critério da instituição contratante.

Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria e sua equipe técnica, deverá ser solicitada previamente autorização para a GIZ.

b) Código de Conduta

A gestão interna da GIZ visa promover a equidade de oportunidade e de perspectivas, independente da identidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade. A diversidade de seu pessoal, assim como um ambiente corporativo regado pelo respeito e apreço mútuos, representa, para a GIZ, um sinal de êxito e excelência em seu trabalho. A GIZ prioriza a indicação de mulheres, de LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais,

Transexuais e Travestis, Intersex), pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência para palestras, representações, entrevistas e até mesmo vagas de emprego.

Assim, o (a) consultor (a) ou empresa selecionado (a) deverá respeitar a diversidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, classe social, religião e idade e assumir atitudes que, com efeito multiplicador, ajudará a promover a igualdade entre os diversos atores envolvidos na consultoria desse TdR, adotando as seguintes posturas:

- **Postura pessoal**

- Escute e dê crédito a ideias de suas (eus) colegas de trabalho, independentemente de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade, mantenha a atenção para situações de vulnerabilidade, respeite sua oportunidade de fala e apoie as ideias de suas colegas de trabalho;
- Fale sobre assuntos relacionados a gênero, escute e tenha empatia com quem é prejudicada (o) pelas desigualdades – em especial as mulheres, leia sobre o tema e incentive essa discussão nos espaços que circula, seja na empresa, organização, reuniões ou palestras;
- Questione e combata o assédio sexual, seja um exemplo de respeito às mulheres e não se cale diante da denúncia ou testemunho a um assédio;
- Questione a ideia de que existem atividades de homens e atividades de mulheres, evite atribuir certas atividades apenas a mulheres, simplesmente porque são tidas como “atividades femininas”;

- **Ao prestar o serviço**

- Seja um exemplo de respeito aos direitos das mulheres, de LGBTI, das pessoas negras e indígenas, pessoas com deficiência e idosas (os) para suas (seus) colegas de trabalho. Evite piadas que degradem esses grupos;
- Procure estar sempre informada (o) sobre as políticas de promoção da equidade de gênero em seu ambiente de trabalho, busque divulgá-las e respeitá-las. A implementação de estratégias de promoção de equidade de gênero visa uma transformação de cultura interna e pode impactar também externamente;

- **Orientações corporativas**

- Apoie iniciativas de acesso e permanência de mulheres, de LGBTI, pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência no campo do desenvolvimento

sustentável, que encontram inúmeros obstáculos para ocuparem espaços de decisão e poder em nossa sociedade.

Brasília - DF, 28 de outubro de 2021.

Ana Carolina Câmara

Diretora

Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à

Mudança do Clima – PROADAPTA

Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH